

Curso/Disciplina: Direito Penal – Parte Especial

Aula: Crimes Praticados por Funcionário Público: Peculato – Parte II - 55

Professor(a): Marcelo Uzêda

Monitor(a): Nairim Machado Palma

Aula nº. 55

PECULATO

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, **em proveito próprio ou alheio**:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

O bem jurídico tutelado é a administração pública. O sujeito ativo é o funcionário público e o sujeito passivo é o Estado, bem como o particular eventualmente lesado. Os elementos objetivos do tipo são: no caput: peculato próprio, peculato apropriação – apropriar-se significa apoderar-se indevidamente; invertendo o título da posse, agindo como se fosse dono (*animus rem sibi habendi*), peculato desvio – desviar significa dar destinação diversa à coisa, em proveito próprio ou alheio, posse desviada – o sujeito tem a posse da coisa em razão do cargo (relação direta). O proveito pode ser material ou moral. O objeto material pode ser dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel.

Obs.: não se aplica a insignificância nos crimes contra a administração pública, uma vez que a questão não envolve apenas o patrimônio. Envolve a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência (L.I.M.P.E.).

A doutrina amplamente majoritária entende que se o sujeito desvia o objeto em favor da própria administração não haveria crime de peculato desvio. Atenção ao desvio de verba, esse caso será tratado mais à frente no artigo 315.

Peculato culposos

§ 2º - Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

§ 3º - No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

No chamado peculato culposos temos um crime autônomo caracterizado pela contribuição culposa em crime doloso alheio. Quando a participação é culposa não há concurso. Esse funcionário descuidado terá os benefícios da lei 9099.

CONSUMAÇÃO E TENTATIVA: Depende do tipo. No caso do peculato apropriação, quando inverte o título da posse, agindo como se fosse dono (praticando ato de disposição) ou negando-se a restituir o dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel. No peculato desvio, quando dá destino diverso ao objeto material. No peculato furto, quando subtrai/retira da esfera de vigilância e responsabilidade da administração. As três

hipóteses dolosas admitem tentativa, ressalvando-se o peculato apropriação na modalidade negativa de restituição.